

Resumo: O objetivo desta investigação é explorar o papel que o Arquivo Histórico Parlamentar tem na Assembleia da República. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, orientada pelo paradigma construtivista, recorrendo ao método da investigação documental. Em primeiro lugar, realizou-se uma revisão da literatura sobre os arquivos parlamentares dentro da Arquivística. Em seguida, realizou-se um estudo da história do arquivo no parlamento português, complementada com a análise das funções, competências, missão e práticas arquivísticas (arquivo intermédio e definitivo) do Arquivo Histórico Parlamentar. O estudo conclui que o arquivo ganha o seu papel de destaque e a sua autonomia apenas no período democrático no pós-25 de abril e que debaixo da sua alçada se encontra uma variedade de responsabilidades de gestão da informação desde o arquivo fotográfico e arquivo audiovisual ao expediente, entre outros, que permitem incorporar o seu papel de “arquivo da casa”. Por último, existe uma escassez de literatura sobre arquivos parlamentares, sendo necessário desenvolver mais estudos devido à ligação entre este tipo de arquivos e os órgãos de soberania de cada país.

Palavras-chave: Arquivística; Arquivo Histórico Parlamentar; Arquivo Parlamentar.

Abstract: The aim of this research is to explore the role that the Parliamentary Historical Archive plays in the Assembly of the Portuguese Republic. The methodology adopted is qualitative, guided by the constructivist paradigm, using the documentary research method. First, a literature review was conducted on parliamentary archives within archival science. Next, a study was conducted on the history of the archive in the Portuguese parliament, complemented by an analysis of the functions, competences, mission and archival practices (intermediate and definitive archive) of the Parliamentary Historical Archive. The study concludes that the archive gained its prominent role and autonomy only in the democratic period after 25 of April. and it has a variety of information management responsibilities, from the photographic and audiovisual archives to the records management, among others, which allow it to incorporate its role as the ‘house archive’. Finally, there is a scarcity of literature on parliamentary archives, and further studies are needed due to the connection between this type of archives and the sovereign bodies of each country.

Keywords: Archival Science; Arquivo Histórico Parlamentar; Parliamentary Archive.

Introdução

Esta investigação parte da necessidade de desenvolver um estudo que explora o papel do arquivo parlamentar português como “arquivo da casa” do órgão legislativo. Deste modo, surge com o propósito de explorar como este arquivo vem acompanhando o parlamento português ao longo dos seus 200 anos de existência, e compreender a práticas arquivísticas no âmbito das diferentes funções que este órgão acumula.

Como a literatura aponta, *Many factors influence the ability of libraries, archives, and museums (LAM) to fulfil their role as public sphere institutions* (RYDBECK e JOHNSTON, 2020:25), tentamos com este estudo compreender como os arquivos parlamentares são

posicionados dentro da literatura internacional e a comunidade arquivística; de seguida, analisamos a história do arquivo dentro do parlamento português ao longo de quatro períodos: Monarquia Constitucional, Primeira República, Estado Novo; e no período democrático pós 25 de abril; análise da missão e das competências que hoje cabem ao arquivo; por fim, referimos algumas das práticas desenvolvidas nos designados arquivos intermédio e definitivo para compreender o trabalho arquivístico desenvolvido pela instituição. Realiza-se, assim, uma análise global do papel de “arquivo da casa” que o Arquivo Histórico Parlamentar hoje assume na casa da democracia portuguesa.

Metodologia

Este é um estudo de natureza qualitativa, orientado pelo paradigma construtivista, que adota a perspetiva *that individuals seek understanding of the world in which they live and work (...) The goal of the research is to rely as much as possible on the participants' views of the situation being studied* (CRESWELL, 2018:38). O investigador parte com o objetivo de compreender o significado do mundo através dos outros (CRESWELL, 2018), “A busca dos significados, a construção indutiva da teoria, o papel central assumido pelo investigador, o não admitir uma única, mas várias vias metodológicas, levam, necessária, a produção de outro tipo de conhecimento” (COUTINHO, 2015:18). Nesta perspetiva, “o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto” (PACHECO, 1993:28 como citado em COUTINHO, 2015). O investigador é uma ferramenta na investigação onde *is largely inductive; the inquirer generates meaning from the data collected in the field* (CRESWELL, 2014:37). Como Coutinho define, “a teoria surge *a posteriori* dos factos e a partir da análise dos dados, fundamentando-se na observação dos sujeitos, na sua interpretação (...) e não nas conceções prévias do investigador” (2015:29).

O estudo toma como objeto do conhecimento o Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) português como subsistema da Assembleia da República. Deste modo, procura responder à seguinte questão de investigação: Qual o papel do AHP dentro da Assembleia da República?

De forma a responder à questão de investigação, definiram-se os seguintes objetivos: fazer uma revisão da literatura sobre arquivos parlamentares; realizar um estudo da história do arquivo no parlamento; identificar a funções e os serviços que o arquivo atualmente desempenha; descrever as práticas do tratamento arquivístico do AHP.

De modo a orientar o caminho com vista a atingir os objetivos propostos, o estudo apoia-se no método de investigação documental (SILVA, 2021). Este apresenta-se como uma “análise de documentos que contenham informação relacionada com o fenómeno que constitui o objeto de estudo” (PACHECO, 2022:135), sendo um processo de várias etapas como “a identificação, a seleção, a recolha e a verificação de dados” (SILVA, 2021:105). O estudo dos documentos é essencial, pois é *central to co-ordinating, constraining and enabling our actions and interactions* (RAPLEY, 2018:107), ao permitir *help us throw a new light on how the structures and institutions of social life (...) are produced, organized and sustained* (RAPLEY, 2018:107). Esta abordagem aos dados documentais é essencial em dois momentos da investigação: em primeiro lugar, para “determina[r] o projeto e

ajuda[r] a formular as questões que a investigação vai responder”(DUFFY, 2010:102); e, num segundo momento, após a definição da pergunta de investigação e dos critérios de recolha de dados, para a pesquisa, análise e interpretação da literatura relevante, objeto de revisão narrativa, “uma vez que os estudos devem basear-se no conhecimento científico prévio” (PACHECO, 2022:136), com o propósito de “identificando os autores mais influentes e analisando não só os conceitos e ideias expressas nas suas obras escritas, mas também os silêncios ensurdecedores, situando a discussão no contexto de outras obras semelhantes” (PACHECO, 2022:140).

De forma a responder à pergunta de investigação foram feitas pesquisas nas seguintes bases de dados: Scopus, Web of Science, LISTA e LISA, no dia 20 de março de 2024. Foram utilizados os seguintes termos de pesquisa: ‘*parliamentary archives*’ e ‘*public record office*’ (termo para os antigos arquivos administrativos do Estado) com os seguintes filtros, formato artigo e produção dos últimos 10 anos (2014-2023).

Quadro 1 – Resultados de pesquisa com o termo ‘*parliamentary archives*’

“parliament* archiv*”	Resultados da pesquisa	Pós análise
WoS	13	1
Scopus	12	4
LISTA	4	0
LISA	13	1
Total	42 artigos	6

Fonte: Gasche, 2025.

Como demonstrado no Quadro 1, foram obtidos 42 artigos na pesquisa do termo “*parliamentary archives*” e no Quadro 2, 151 artigos com o termo “*Public Record Office*”.

Quadro 2 - Resultados de pesquisa com o termo ‘*public record office*’

“public* record* offic*”	Resultados da pesquisa	Pós análise
WoS	29	1
Scopus	35	2
LISTA	10	6
LISA	77	10
Total	151	18

Fonte: Gasche, 2025.

Após a análise dos artigos, através da leitura dos títulos e *abstracts* apenas se identificaram 24 artigos. Este número reduzido adveio da falta de relevância dos artigos para a nossa investigação. A produção, na sua maioria, apresenta estudos da História com recurso a fontes em arquivos de parlamentos, e estudos sobre parlamentos dentro da ciência política. A restante produção refere-se aos antigos arquivos administrativos do Reino Unido, Irlanda e Austrália. Contudo, estes arquivos apenas eram responsáveis pela gestão documental administrativa do Estado e não do órgão parlamentar, havendo uma separação entre as diferentes entidades, como ocorre em Portugal entre o Arquivo Nacional Torre de Tombo e o Arquivo Histórico Parlamentar. Após uma análise aprofundada dos artigos, apenas três foram considerados relevantes. Devido ao número reduzido, foi feita uma

segunda procura, do termo arquivo parlamentar também em francês e espanhol, apenas atribuindo o filtro de tipologia de artigo.

Quadro 3 – Pesquisa nas três línguas

	archives parlementaires	parliamentary archive	archivo del congreso
WoS	2	33	3
Scopus	3	108	2
LISTA	1	31	1
LISA	2	63	6
Total	8	235	12

Fonte: Gasche, 2025.

No total, recuperamos 255 artigos, tendo este número sido reduzido para 63 artigos após leitura do *abstract* e do título, advindo dos problemas anteriormente mencionados. Após uma segunda análise, o número reduziu para 34. Na realização da pesquisa do termo em espanhol, a tradução direta não recuperou resultados, sendo necessário pesquisar diretamente o nome da instituição, '*archivo del congreso*'. Esta pesquisa levanta a questão sobre como a falta de consenso do uso da terminologia dentro da Arquivística vem condicionar a produção literária. Foi possível observar que, da literatura recolhida sobre a temática, o início de produção de estudos sobre arquivos parlamentares ocorreu a partir de 1960, atingindo um pico de produção entre os anos 2000 e 2010.

Mais informação sobre arquivos parlamentares adveio do grupo trabalhos do International Council on Archives (ICA), mais especificamente da Section for Archives of Parliaments and Political Parties (SPP), e da rede parlamentar europeia constituída a partir do European Centre for Parliamentary Research and Documentation (ECPRD).

Para complementar a literatura internacional, realizou-se uma pesquisa no portal Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) com o termo 'arquivo parlamentar', que recuperou 21 resultados, sendo apenas três relevantes para o estudo, duas dissertações realizadas sobre o Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) (CARREIRA, 2013; FIGUEIREDO, 2013) e um estudo sobre contexto informacional da Assembleia da República (PEREIRA *et al.*, 2004). Para a recolha da informação relativa ao AHP em termos da sua história, funções e a sua missão dentro do Parlamento, consultámos o *website* da instituição, como também uma dissertação de doutoramento relativa ao papel de mediação da informação para o parlamento (BORGES, 2022).

Arquivos parlamentares

A literatura sobre estes arquivos é escassa, com a maioria dos artigos a serem recuperados referentes a documentação de arquivos parlamentares utilizados em estudos da história ou estudos sobre parlamentos em ciência política. Borges (2022), na sua tese, aponta a razão da escassez de estudos: "Dos arquivos criados e previstos desde cedo nas instituições parlamentares, não há, que conheçamos, nenhum estudo sistematizado. O facto não é de estranhar por se tratar de arquivos correntes e, portanto, vistos como serviços administrativos de apoio. Desses arquivos encontram-se notícias nas atas das sessões

plenárias ou em regulamentação aprovada dos serviços legislativos, podendo incluir, como é natural à época, tipologias documentais a ser elaboradas, bem como tipos de registo dessa documentação" (BORGES, 2022:10).

Da literatura recuperada sobre arquivos parlamentares foi possível identificar várias temáticas. Existe uma grande produção sobre arquivos parlamentares advinda da Alemanha e do Grupo de Trabalho de Arquivos Parlamentares e Partidos Políticos, Associações e Fundações (*Fachgruppe 6: archive der parlamente, der politischen parteien, stiftungen und verbände*). Os artigos abordavam diversos temas como reforma na gestão documentação no parlamento alemão, efeitos da entrada do regulamento geral da proteção de dados, sistema eletrónico de gestão documental, entre outros (KELLER-KÜHNE, 2014, 2015, 2016, 2017; HANSMANN, 2020; SCHEFFE, 2013; ULLMANN, 2008, 2009a, 2009b).

Foi possível identificar na literatura que os arquivos parlamentares como tipo são recentes em diversos países. Estes órgãos por terem a sua existência intrinsecamente ligada aos parlamentos, dependem do tipo de regime político presente em cada país. De acordo com Huntington, na sua obra *The third wave: democratization in the late twentieth century*, apesar da existência de outras duas vagas de democratização em 1828-1926 e 1943-1962, a grande vaga de democratização no mundo ocorre apenas nos anos 70 do século XX, com a Revolução de Abril em Portugal.

De facto, existe uma grande variabilidade destes arquivos a nível internacional. Na Austrália, em 2002 apenas se identificava o arquivo parlamentar estatal de New Wales, devido à ocorrência de uma inundação anterior (WILSON, 1983). Por seu turno, nos países do leste europeu, só após queda do Muro de Berlim se formaram os arquivos parlamentares, como o da Croácia em 1999 (ŠKALIĆ, 2005). Borges fez um levantamento dos arquivos parlamentares, tendo-os identificado nos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda/Países Baixos, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Canada, E.U.A., e detetou que estes arquivos possuem documentação distinta da produção parlamentar. Disto são exemplos: "Documentação de organismos sob a alçada do parlamento (Dinamarca, Portugal e Suécia); Documentação relativa às eleições legislativas (Dinamarca, Espanha, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo e Portugal); Arquivos pessoais de parlamentares (Bélgica, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido)" (BORGES, 2022:10), como também diferem em termos de organização e regulamentação: "cinco países indicam expressamente que ao arquivo parlamentar não se aplicam as disposições existentes na legislação geral de arquivos do país (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália e Noruega), sendo o parlamento responsável pelos seus arquivos)" (BORGES, 2022:10), e em quatro casos os parlamentos transferem diretamente a documentação para os arquivos nacionais (Estados Unidos da América, França, Holanda e Suécia). No que diz respeito às competências, "os serviços de arquivo têm em comum áreas como a gestão documental, conservação de documentos, comunicabilidade, digitalização e preservação digital, estando a comunicabilidade sujeita a várias restrições normativas" (BORGES, 2022:11).

Foi também possível identificar que estes serviços não são pertinentes e consensuais nos diferentes parlamentos. Em vários casos, a própria administração da documentação parlamentar não se encontra na sua totalidade nestes arquivos:

Dans certains pays, le parlement gère l'intégralité de ses archives: c'est le cas en Grande-Bretagne (...) Dans d'autres, on observe un partage de responsabilités : telle est la situation en France, encore que les archives postérieures à 1958, dans le cas de la Chambre basse, et postérieures à 1852 pour la Chambre haute sont gérées par les assemblées (...) Aux États-Unis, les dossiers écrits du Congrès sont administrés par le Center for legislative archives (National archives and records administration) mais ils restent la propriété des deux chambres législatives et les pratiques de consultation relèvent d'elles. Ailleurs, le Parlement s'appuie totalement sur l'organisme archivistique central (...) la Chambre des communes et le Sénat du Canada et par les assemblées législatives des provinces (BERNIER, 2005:149).

No contexto parlamentar, as bibliotecas parlamentares são mais consensuais, algo presente na existência de vários estudos sobre estes serviços, que se reflete na existência de uma base de dados sobre bibliotecas parlamentares (*IFLA Library and Research Services for Parliaments Section*) e na organização de conferências dedicadas à temática (ANGHELESCU, 2010).

Bernier defende que só a partir da segunda metade do século XX, ocorreu uma maior perceção sobre o papel informacional que o arquivo parlamentar pode ter no contexto legislativo do parlamento, além do papel já patente de arquivo histórico (BERNIER, 2005). Tal levou a que em que vários países tenham valorizado estes arquivos, através de legislação na definição de um serviço independente e realçando a sua autonomia na gestão documental parlamentar (ROUSSEL *et al.*, 2014; SHENTON, 2011; ULLMANN, 2009a).

Embora os arquivos parlamentares variem em relação à história e ao funcionamento, os problemas são comuns a estes serviços: *les premiers parlementaires ne semblent pas avoir accordé une grande importance aux «archives» produites dans le cours normal de leurs travaux tant collectifs qu'individuels* (BERNIER, 2005:159). Estes arquivos *relevaient directement de la compétence des greffiers. On les conservait dans les bureaux et dans des chambres fortes et leur traitement était réduit à sa plus simple expression* (BERNIER, 2005:159). Isto levou a que nos parlamentos existissem vários períodos contínuos de produção e acumulação, além de posterior abandono e deterioração da documentação (BERNIER, 2005).

Outros artigos sobre os arquivos são referentes a projetos desenvolvidos com a automatização dos serviços, a acessibilidade e políticas de preservação digital (KISS e SEBÓK, 2022; ARADAU, BLANKE e HUSSAIN, 2023; KATRE, 2012; WOOD, 2008; SHENTON, 2006; GIBBONS e SHENTON, 2003; MILLEVILLE *et al.*, 2023).

O ECPRD publicou dois relatórios sobre os serviços informacionais dos parlamentos europeus, em 2000 e 2008 (DIETRICH-SCHULZ, 2008; TANFIELD, 2000). Nestes relatórios, foram mencionados o parlamento português e os seus serviços da Biblioteca, o Arquivo e a Divisão de Informação Legislativa Parlamentar. Ambos os relatórios tiveram um maior foco na Biblioteca, mas o Arquivo parlamentar teve uma maior participação no relatório de 2008, através dum questionário de resposta rápida referente a diferentes aspetos do seu funcionamento, como recursos humanos, normas e regulamentos, serviços eletrónicos entre outros.

O SPP do ICA define-se como um *forum* dos trabalhadores dos arquivos parlamentares, arquivos políticos e de políticos, fundado em 1992, no XII International Congress on Archives, e aceite no ICA, em 1996, no XIII International Congress on Archives. O SPP definiu no seu regulamento o seu mandato em quatro pontos:

- a. Promote professional and scholarly co-operation and communication between archives and archivists of parliaments, political parties, and politicians;
- b. Draw attention to the existence of archives of parliaments, political parties, and politicians and to promote their interests;
- c. Achieve recognition of the professional status of archivists in charge of the archives of parliaments, political parties, and politicians;
- d. Ensure the preservation of the historical heritage, and promote knowledge of it, and allow access to it and use of it in as equitable and co-operative a manner as possible" (ICA/SPP Regulations).

com o propósito de *ensure the preservation of the traditions of Parliaments and political parties, in different states and countries and to improve understanding of their identity and history*" (INTERNATIONAL..., [19--?]). No *website* do grupo de trabalho, na secção *Resources*, a entidade regista que entre 1994 e 2008 foram realizados 10 estudos sobre estes arquivos, contudo apenas se encontram disponíveis para consulta dois estudos de 2004: *Parliamentary institutions: The criteria for appraising and selecting documents* e *General guidelines for drafting of regulations on parliamentary archives*.

O primeiro estudo refere os critérios de avaliação e seleção de documentação, com base nas teorias de Jenkinson, Shellenberg e da macroavaliação. Para a avaliação da documentação digital, utilizaram a metodologia do projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*). De acordo com estas teorias, que utilizam o exemplo da seleção documental espanhola ao nível do governo central, governo das comunidades autónomas, autoridades locais, arquivos das universidades, arquivo parlamentar espanhol, para propor uma metodologia para os arquivos parlamentares:

the activity of the parliamentary institutions of democratic countries is becoming increasingly detailed and complex. Depending on their powers and functions, these institutions are gradually generating ever larger volumes of information and documentation in numerous documentary formats, as is to be expected. In these circumstances, it is essential for these institutions to decide and control which documentation needs to be preserved permanently and which has to be eliminated" (INTERNATIONAL..., 2004b:29).

Os autores sublinham que os benefícios desta avaliação e seleção não só permitem uma mais fácil organização e consulta da documentação, como também ajudam nos custos financeiros. No final, estas instituições têm como propósito a salvaguarda da sua documentação, como evidência do trabalho desenvolvido nos distintos parlamentos:

In this way, only documentation to be preserved permanently will come to form part of societies' documentary heritage (...) the aim of appraising the documents of a democratic institution must be to furnish citizens and society in general with transparent information and an understanding of

parliamentary activity so that it can be preserved as the memory and documentary reflection of this democratic phase"(INTERNATIONAL..., 2004b:30).

O segundo estudo vem apresentar as diretrizes para a elaboração de regulamentação para este tipo de arquivos, que são divididas em três partes: disposições gerais (objetivos e escopo), sistemas de gestão da informação arquivística (funções dos arquivos, definição e elementos do sistema, comissão dos arquivos, preservação e conservação dos registos), bem como acesso e consulta dos registos. Os autores apontam que a função do arquivo

must be understood as an administrative unit responsible for the records management system (RMS) of the institution and at the same time as a unit which safeguards and preserves records with the aim of facilitating access to and consultation of parliamentary and administrative documentation" (INTERNATIONAL..., 2004a:6).

Os arquivos têm um papel duplo, por serem a fonte de informação e dos registos de todos os órgãos parlamentares, que servem tanto os cidadãos como os próprios parlamentares (INTERNATIONAL..., 2004a).

Na literatura portuguesa sobre o Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), é possível recuperar duas dissertações de mestrado, uma referente as marcas de água na documentação da monarquia constitucional do arquivo (CARREIRA, 2013) e a segunda sobre arquivos fotográficos digitais e o estudo de caso do AHP (FIGUEIREDO, 2013). Acrescente-se uma tese de doutoramento sobre o papel de mediação da informação parlamentar por parte da Biblioteca Passos Manuel, o Arquivo Histórico Parlamentar e Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (BORGES, 2022). Também identificamos o *poster O sistema de Informação da Assembleia da República*, de Fernando Pereira, Helena Medeiros, Leonor Borges e Maria Ferrão, que integra o arquivo, enquanto subsistema, dentro do sistema Assembleia da República. Além destas produções, identificamos dois livros, designadamente *Roteiro de fontes para a história do Parlamento Português: Arquivo Histórico Parlamentar (1834-1836)*, da coordenação de António Henrique de Oliveira Marques, e *Fontes para o estudo genealógico no Arquivo Histórico Parlamentar*, de Leonor Calvão Borges.

Arquivo Histórico Parlamentar: história

A história do AHP acompanha a história do parlamento português, tendo sido criado em 1821 para o depósito dos documentos das Cortes Constituintes. Ao longo da Monarquia Constitucional, na publicação dos regimentos internos das Câmaras Parlamentares, existe a menção ao arquivo e ao arquivista, como no regimento interno da Câmara dos Dignos Pares, de 28 de novembro de 1826: "dispõe relativamente à Secretaria da Câmara dos Pares, identificando (...) e descrevendo as funções dos seus 10 funcionários (...) Dois deles são o Arquivista e o seu ajudante (...) cuidar do arranjo, guarda, e segurança do Arquivo da Câmara, e d'ele terão o Catálogo Regular" (PORTUGAL, [20--b]). Ao longo da Monarquia Constitucional, e devido às sucessivas mudanças orgânicas do Parlamento, o arquivo "ia perdendo o destaque inicial, descendo a escala hierárquica, perdendo autonomia e terminando, no final da Monarquia, numa repartição partilhada com a contabilidade" (PORTUGAL, [20--b]). Algo que o AHP considera ter vindo através da posição social do

primeiro arquivista João Vicente Pimenta Maldonado, que esteve no arquivo entre 1826 e 1838 (PORTUGAL, [20--b]).

Com a mudança de regime político, com a Primeira República e com base no Decreto de 25 maio de 1911, é escrito o regimento da Assembleia Nacional Constituinte, *Organizando a Secretaria da Assembleia Nacional Constituinte*, que divide os serviços em duas repartições:

Quadro 4 - Repartições da Assembleia Nacional Constituinte de 1911

1.ª repartição	2.ª repartição
Expediente	Redação
Arquivo	Taquigrafia
Contabilidade	Biblioteca

Fonte: PORTUGAL. Assembleia da República, [20--b].

Em 1913, uma nova reorganização é publicada, desta vez relativa aos serviços da Secretaria do Congresso da República, que reformula os serviços, dividindo-os em "duas Repartições, mais a Taquigrafia. A Primeira Repartição inclui o Expediente, enquanto a Segunda Repartição, Segunda Secção, agrupa Arquivo e Estatística" (PORTUGAL, [20--b]). Nesta publicação, são definidas as competências do arquivo e do arquivista: "Ter arrumado e catalogado o arquivo dos manuscritos de cada uma das duas Câmaras, por forma a poder satisfazer prontamente qualquer requisição de documentos ou de esclarecimentos, mas não podendo nenhum documento sair para fora do arquivo sem requisição visada pelo Presidente da respetiva Câmara, ou pelo Diretor Geral" (PORTUGAL, [20--b]). Também define o quadro do pessoal, totalizando 6 trabalhadores (3 primeiros oficiais, 2 segundos e 1 terceiro). Em 1917, com o novo *Regulamento dos Serviços da Direção Geral da Secretaria do Congresso da República*, mantém-se a divisão em duas repartições, colocando o Arquivo e a Estatística subordinados à Biblioteca, com uma chefia única. Nesta altura, são realizadas "as primeiras relações de conteúdo do cofre do arquivo, bem como a organização de um primeiro plano de classificação, com a separação entre feitos findos e processos vigentes, organizados em entidades produtoras, no caso dos feitos findos, e por assuntos/competência nos processos vigentes, organização essa que se manterá até aos nossos dias" (BORGES, 2022:40).

Em 1923, sai uma notícia no *Diário de Notícias* sobre os arquivos portugueses, registando o seguinte sobre o arquivo parlamentar: "Aí nem arquivista há! O lugar foi suprimido «por economia». Quere dizer: se amanhã um parlamentar quiser tratar a sério uma questão de interesse público, cujo debate já tivesse sido feito em anteriores sessões, esse parlamentar perderia longos anos de buscas e procuras para encontrar os documentos de que necessitasse" (PORTUGAL, [20--b]). Nesta sequência, foi feito um relatório interno que evidenciou os problemas do arquivo, destacando-se a falta de espaço e de pessoal que passou para apenas 2 funcionários de acordo como o regulamento de 1917, sendo estes deslocados para outros serviços e tarefas mais urgentes: "falta de espaço de depósito e de estanteria para arrumar a documentação então existente, ainda menos para acomodar o crescimento previsível nos anos seguintes (...) Regulamento de 1917 apenas atribuía ao Arquivo 2 funcionários, sendo ainda por cima frequentemente desviados das suas tarefas para desempenhar outras – consideradas mais urgentes – noutras secções, o que atrasava e prejudicava o trabalho de arquivo" (PORTUGAL, [20--b]).

Em 1935, no *Regulamento da Secção sobre a Biblioteca, do Arquivo e Museu*, identificam-se 5 grupos de documentação e livros na posse do arquivo: "Documentos históricos (autógrafos das Constituições políticas dos regimes monárquico e republicano, cartas de Reis e Presidentes da República, etc.; Documentos da Assembleia legislativa do regime monárquico de 1821-1910 (Processos eleitorais, projectos, propostas, pareceres, etc.; Documentos da Assembleia legislativa do regime republicano de 1911-1926 (Processos eleitorais, projectos, propostas, pareceres, etc.); Documentos da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa (originais de todas as petições, mensagens, propostas, projectos e mais documentos dirigidos à Assembleia que possam oferecer algum interesse de investigação)" (PORTUGAL, [20--b]). Identificam-se também regras de consulta e cópia da documentação, os instrumentos de recuperação e o pessoal atribuído à 3.^a secção (Biblioteca, Arquivo e Museu), "Chefe de Secção, 1 Bibliotecário-Arquivista, 1 porteiro, 1 empregado" (PORTUGAL, [20--b]), número bastante reduzido de trabalhadores.

Nos anos 40, foram realizados relatórios pelos bibliotecários-arquivistas da Assembleia para justificar estes serviços. Em 1941, António Álvaro Oliveira Neves apresenta o plano de secções, identifica as sete salas onde se encontrava a documentação, refere a realização de incorporações e apresenta um plano de classificação com base no plano da 1.^a República (BORGES, 2022). Com a reforma de 1944, unindo num serviço Biblioteca, Arquivo e Museu histórico-bibliográfico, o arquivo passou a ter apenas o papel de instituição de memória, retirando-se o expediente da sua custódia (BORGES, 2022).

Com o período democrático, a *Lei Orgânica da Assembleia da República* - Lei nº 32/77, de 25 de maio, traz uma reestruturação que denomina e autonomiza o Arquivo Histórico Parlamentar. Ainda nos anos 70, é feito um novo levantamento da documentação de arquivo, dividindo o acervo em seis: "Arquivo das Assembleias Eleitorais de 1821 a 1925; Arquivo da Câmara dos Deputados do Regime Monárquico; Arquivo da Câmara dos Dignos Pares do Reino (1826-1910) e Arquivo da mesma Câmara constituído em Tribunal de Justiça; Constituintes de 1911 / Congresso da República e Senado da República (1911-1926); Assembleia Nacional e Câmara Corporativa (1935-1974); Arquivo Administrativo desde 1935" (PORTUGAL, [20--b]).

A partir da década de 70, o arquivo ganha maior protagonismo dentro da Assembleia, através da intervenção de deputados e realização de comissões, como também através da elaboração de projetos que identificam "dificuldades estruturais e carências graves de pessoal especializado que estariam a impedir o AHP de se modernizar" (PORTUGAL, [20--b]).

Nos anos 80, identifica-se que a documentação se encontrava em três lugares distintos: Claustros, Lojas da Praça de São Bento e Sala anexa à Casa das Caldeiras. Nesta mesma década, também se realizou o levantamento da documentação corrente, intermédia e histórica, em que a corrente e intermédia "encontrava-se mal-acondicionada (ou simplesmente empilhada no chão), em salas de trabalho (sem segurança) ou em salas interiores (com graves problemas de humidade e sem ventilação)" (PORTUGAL, [20--b]).

Na década de 90, foi também identificada e iniciada a transferência da documentação da Avenida D. Carlos I para o Arquivo, sendo também adicionada a responsabilidade do tratamento arquivo audiovisual e fotográfico.

A partir de 2000, o AHP passou a ter as suas próprias instalações, permitindo a reunião da documentação parlamentar que se encontrava dispersa (BORGES, 2022), bem como a sua gestão integrada.

No século XXI, foi elaborado o regulamento geral do AHP, e encetaram-se "trabalhos de inventariação e catalogação da massa documental acumulada, mas também a elaboração de outros instrumentos de gestão do arquivo" (PORTUGAL, [20--b]), tendo sido aprovados o plano de classificação e tabela de seleção de documentos da Assembleia da República, estando a ser implementado o sistema tecnológico de informação GESDOC e em desenvolvimento um plano de preservação digital.

Competências/missão do arquivo

A definição da missão numa organização é importante, pois permite compreender o discurso organizacional sobre os valores e as atividades desenvolvidas e os próprios limites da instituição (BARNISKIS, 2016). Esta definição impacta diretamente os trabalhadores, como também a *performance* da organização:

can have an impact on employee motivation and behaviour, organisational ethics and values, organisational performance, and the relationship with stakeholders when used as a communication tool. Therefore, the mission statement has a clear impact on the functioning of an organisation" (ALEGRE et al., 2018:470).

O Arquivo Histórico Parlamentar define a sua missão em 13 pontos:

Quadro 5 - Missão do AHP

Assegurar a gestão do expediente da Assembleia da República	Gerir o acesso aos documentos em qualquer suporte e a comunicação da informação por eles veiculada, que se encontram à sua guarda
Apoiar a organização dos arquivos correntes dos serviços da Assembleia da República	Promover e colaborar em atividades de divulgação do património arquivístico
Definir metodologias que otimizem a gestão documental da Assembleia da República, elaborando os instrumentos necessários à sua concretização e implementando metodologias que incrementem a eficácia da produção, tramitação e arquivo dos documentos	Promover doações de documentos relativos à atividade parlamentar
Incorporar os documentos produzidos pelos serviços no final de cada legislatura ou decorridos os prazos administrativos, legais ou probatórios, estipulados no regulamento de gestão de documentos de arquivo e respetiva tabela de seleção de documentos	Garantir, na sequência da política definida pela Assembleia da República e da legislação aplicável, a segurança dos documentos à sua guarda e da informação neles contida

Promover a organização e descrição dos documentos à sua guarda	Coordenar o movimento postal, obtendo e aprovando, em articulação com a DGC, os correspondentes documentos de despesa
Zelar pela conservação de todos os documentos, em todos os suportes, evitando a sua degradação física, extravio e indisponibilização, designadamente recorrendo a planos de preservação	Acompanhar, em articulação com a DGC, a execução dos contratos da sua área de competência
Gerir o arquivo fotográfico, catalogando as imagens e os respetivos suportes	

Fonte: PORTUGAL. Assembleia da República, [2--c].

No *website* da Assembleia da República encontram-se disponíveis dois regulamentos: o regulamento do Arquivo Histórico Parlamentar e o do Arquivo Fotográfico.

No Capítulo I do regulamento do AHP, é definida a sua constituição e competências. O artigo 1º define que o arquivo "é constituído por toda a documentação produzida no decorrer da atividade parlamentar desde 1821 até à atualidade, independentemente do seu suporte" (PORTUGAL, [20--a]). Como apontado no seu website, a sua função consiste na "gestão de toda a documentação produzida e recebida pela instituição parlamentar, em todas as fases do seu ciclo de vida, desde a administrativa à histórica, contribuindo para a constituição e preservação do património histórico parlamentar" (PORTUGAL, [20--c]).

Os artigos 2º a 4º definem as suas competências como a "incorporação dos documentos produzidos pelos serviços da Assembleia da República no final de cada legislatura ou decorridos os prazos administrativos, legais ou probatórios estipulados nos regulamentos arquivístico" (PORTUGAL, [20--e]); o arquivo fotográfico e audiovisual; e como arquivo intermédio dos serviços da Assembleia da República para cumprir os pontos das incorporações.

O capítulo II, referente ao Arquivo Histórico, define em 3 pontos as suas competências: "zelar pela descrição, comunicação e conservação de todos os documentos históricos à sua guarda"; promoção e divulgação da informação nos documentos através da descrição nas bases de dados e "zelar pela conservação de todos os documentos à sua guarda, evitando a sua degradação física pondo em prática métodos de preservação preventiva, evitando o seu extravio" (PORTUGAL, [20--e]).

No capítulo III, é desenvolvida a questão das incorporações. O AHP, por ser o "arquivo da casa", é responsável por guiar os serviços e definir que "as remessas dos documentos devem ser efectuadas de acordo com a periodicidade que cada serviço determinar" (PORTUGAL, [20--e]), sem pôr em causa a integridade dos conjuntos e serem seguidas as seguintes formalidades, acompanhados por uma guia de remessa por parte do serviço produtor, que depois será duplicada ficando o arquivo e o serviço com uma cópia. Esta guia é importante já que o arquivo regista que "será conferida e completada (...) após o que será elaborada uma guia definitiva, utilizada como instrumento de descrição e recuperação documental, só podendo ser eliminada após a descrição dos documentos em base de dados própria" (PORTUGAL, [20--e]).

No capítulo IV, "avaliação, seleção e eliminação de documentos", indica-se que o Arquivo é também responsável, com cada serviço a ter um papel no processo: "Cada serviço terá, de

acordo com o regulamento, de proceder à selecção e eliminação dos documentos, antes de os remeter para Arquivo Intermédio, preenchendo o Auto de Eliminação, elaborado em duplicado, o qual será de conservação permanente, remetendo-se um original ao AHPEGD" (PORTUGAL, [20--e]). Posteriormente, o AHP procede à eliminação da documentação findos os prazos de conservação, realizando um auto de eliminação, assinado pelo arquivo e pelo serviço produtor.

Como referido anteriormente, só o arquivo fotográfico tem regulamento próprio, encontrando-se o audiovisual definido no Capítulo VIII deste regulamento. No artigo 1º, define-se a sua missão: "garante o tratamento documental da produção do Canal Parlamento, a emitir desde 1997" (PORTUGAL, [20--d]), definindo a sua competência em 3 pontos: catalogação de audiovisuais e indexação da produção da Assembleia, e "a guarda e conservação das cassetes áudio produzidas no âmbito das Comissões Parlamentares até à X Legislatura" (PORTUGAL, [20--d]), período temporal definido devido à contratação da Universidade de Aveiro, em 2003, para criar um "sistema de classificação, indexação e procura para o arquivo áudio e vídeo da AR" (PORTUGAL, [20--a]).

O regulamento do arquivo fotográfico define, no artigo 1º, que este arquivo "visa reunir numa só estrutura toda a informação documental fotográfica produzida ou reunida pelos diferentes serviços da AR, no âmbito da sua atividade" (PORTUGAL, [20--d]), como também fazer crescer o acervo através de uma política de aquisições e a organização do acervo numa base dados própria. Define a sua competência como "zelar pela boa conservação física das espécies fotográficas em depósito, através das seguintes medidas: a) Criação e controlo de adequadas condições ambientais e de segurança; b) Limpeza, restauro e seu acondicionamento em unidades de instalação adequadas; c) Controlo e garantia das condições para um manuseamento cuidadoso; d) Controlo das espécies em suporte digital, nomeadamente através de uma política de backup e de migrações que permita manter a informação ao longo do tempo; e) Promoção da reprodução de imagens, através das tecnologias mais adequadas, tendo em vista a preservação e salvaguarda dos originais" (PORTUGAL, [20--d]).

As práticas do tratamento arquivístico

A documentação do arquivo encontra-se, na sua maioria, no depósito, em estantes fixas ou rolantes. As caixas utilizadas são *acid-free* e têm sempre uma etiqueta a identificar a documentação acondicionada e, no caso das comissões, aponta a respetiva legislatura, comissão e classificação de acordo com o plano de classificação. O tratamento desenvolvido entre o arquivo intermédio e o definitivo diferencia-se porque o arquivo intermédio ainda obtém das incorporações a documentação dos serviços parlamentares. O tratamento passa pelo acondicionamento dos documentos através da retirada de objetos que degradam a documentação, passando depois pela eliminação de duplicados e a sua descrição na base de dados. A remessa de documentação dos serviços para o arquivo apresenta problemas devido a falhas nas guias de remessas, na descrição e na própria classificação da documentação. Este problema das transferências internas de documentação baseia-se no facto de o arquivo formular o procedimento e depois ter de guiar os diferentes serviços neste procedimento, que é muitas vezes difícil devido à grande rotatividade dos recursos humanos. Com este tratamento realizado, a documentação é acondicionada em capilhas de papel *acid-free* fechadas por fita de nastro, de acordo com a classificação, nas caixas.

No arquivo histórico, tanto as caixas como as capilhas são iguais às do arquivo intermédio, sendo apenas diferente a descrição da etiqueta da caixa. No caso da documentação da monarquia constitucional, esta foi organizada e representada por uma classificação diferente durante o período do Estado Novo.

O AHP regista no seu *site* que têm 21 fundos, 25 coleções (denominação para distinguir os espólios documentais não produzidos na Assembleia da República) e o arquivo fotográfico, que contém 18 coleções (PORTUGAL, [20--a]). O plano de classificação do arquivo apresenta vários fundos para diferentes entidades como a Câmara Corporativa (1935-1974), o Tribunal de Verificação de Poderes (1895-1910), entre outros. Esta subdivisão surge para solucionar os diferentes tratamentos de classificação durante a história do arquivo, com cada fundo a possuir os seus instrumentos de gestão da informação, sendo a informação recuperada através das tabelas de equivalência presentes nos "guias azuis/pretos".

O plano de classificação baseia-se num sistema de classificação funcional e sofreu quatro alterações ao longo da sua utilização. A última alteração ocorreu em 2021, quando se incorporaram os restantes planos de classificação específicos de diferentes serviços, como no caso das comissões.

Conclusão

Com este estudo, podemos compreender o papel do AHP dentro da Assembleia da República em termos diacrónicos, acompanhando a própria história do arquivo parlamentar. Evidenciamos a posição de destaque inicialmente dada ao arquivo, no início da Monarquia Constitucional, seguida de um declínio no contexto parlamentar do Estado Novo, culminando na sua dependência relativamente à Biblioteca. Com a Revolução de Abril de 1974, o arquivo ganha a sua autonomia e começa o seu processo de melhoria contínua e modernização através da aprovação do seu regulamento, da criação do seu espaço físico autónomo e da reunião da documentação e, consequentemente, da gestão integrada da informação parlamentar, entre outros aspetos.

É possível através da análise da informação presente do seu *website* e dos regulamentos do arquivo, analisar as competências e a missão que o arquivo têm como "arquivo da casa" do parlamento português, além de descrever os instrumentos de gestão da informação e o trabalho arquivístico desenvolvido nas duas fases, no arquivo intermédio e definitivo, seguindo aqui o modelo de gestão documental canadiano das três idades.

Com esta investigação, vimos assim adicionar um novo estudo a uma área de literatura internacional escassa, onde propomos uma maior reflexão devido à importância que estes arquivos têm na sua ligação aos órgãos soberanos. Uma importância acrescida por se tratar de uma instituição de informação/memória de um órgão de soberania, a Assembleia da República, a Casa da Democracia. Nesta medida, arquivando documentos, gere-se informação, garante-se direitos e promove-se a cidadania.

Referências bibliográficas

ALEGRE, I. [et al.].

2018 The Real mission of the mission statement: A systematic review of the literature. *Journal of Management & Organization*. 24:4 (2018) 456-473.

ANGHELESCU, H.

2010 Historial Overview: The Parliamentary Library from Past to Present. *Library Trends*. 58:4 (2010) 418-433.

ARADAU, C.; BLANKE, T.; HUSSAIN, I.

2023 Making Data Visualizations, Contesting Security: Digital Humanities Meet International Relations. *Global Studies Quarterly*. 3:4 (Oct. 2023).

BARNISKISM, S.

2016 Deconstructing the Mission: A Critical Content Analysis of Public Library Mission Statements. *The Library Quarterly*. 86:2 Apr. 2016)135-152.

BERNIER, G.

2005 Les Archives de l'Assemblée Nationale: vision diachronique et coups d'œil synchroniques. *Archives*. 36:2 (2005) 149-171.

BORGES, L. C.

2022 *Mediação da informação em instituições parlamentares: estudo de caso no Parlamento Português*. [Em linha]. Coimbra, 2022. Disponível em:

<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/114284>.

Tese de doutoramento – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BORGES, L. C.

2008 Fontes para o estudo genealógico no Arquivo Histórico Parlamentar. *Tabardo*. 4 (2008) 59-141.

CARREIRA, M.

2013 *Marcas de água: Arquivo Histórico Parlamentar: Monarquia constitucional: 1821-1910*. [Em linha]. Lisboa, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10188>.

Dissertação de mestrado – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COUTINHO, C.

2015 *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2015.

CRESWELL, J.

2018 *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 5th ed. Los Angeles: Sage, 2018

DIETRICH-SCHULZ, E.

2008 *Parliamentary library, research and archive services of Europe: Description of the parliamentary library, research and archive services of Europe + Israel, the United States of America, Council of Europe, European Parliament and Assembly of the WEU*. Brussels: European Center for Parliamentary Research and Documentation, 2008.

DUFFY, B.

2010 Análise de dados documentais. In BELL, J. - *Como realizar um projeto de investigação: Um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2010.

FENSKE, M.

2000 Planung eines digitalen Parlamentsarchivs = Planning a digital parliamentary archive. *Nfd Information: Wissenschaft und Praxis*. 51:7 (2000) 407-414.

FIGUEIREDO, M.

2013 *Avaliação e seleção nos arquivos fotográficos digitais: O caso do Arquivo Histórico Parlamentar*. [Em linha]. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/11959>.
Dissertação de mestrado – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GASCHE, C.

2025 *As Práticas arquivísticas do Arquivo Histórico Parlamentar*. [Em linha]. Lisboa, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/102041>.
Dissertação de mestrado – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GIBBONS, P.; SHENTON, C.

2003 Implementing a records management strategy for the UK parliament: The experience of using keyword AAA. *Journal of the Society of Archivists*. 24:2 (2003) 141-158.

GOMEZ-LE CHEVANTON, C.; BRUNEL, F.

2015 The National Convention as reflected in the Archives Parlementaires. *Annales Historiques de la Revolution Francaise*. 381 (2015) 11-29.

HANSMANN, M.

2020 Fachgruppe 6: Archive der Parlamente, der Politischen Parteien, Stiftungen und Verbände. *Archivar*. 73:1 (2020) 91-92.

HUNTINGTON, S.

1991 *The Third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

2004a *General Guidelines for drafting regulations on Parliamentary Archives*. Ed. Marie Angeles Valle de Juan. Paris: ICA, 2004. (ICA Studies; nº 14).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

2004b *Parliamentary Institutions: The Criteria for Appraising and Selecting Documents*. Ed. Marie Angeles Valle de Juan. Paris: ICA, 2004. (ICA Studies; nº 15).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

[19--?] *Section for Archives of Parliament and Political Parties- SPP*. [Em linha]. [19--?]. Disponível em: <https://www.ica.org/ica-network/professional-sections/spp/>.

KATRE, D.

2012 Need of Legislation and Digital Preservation Policy Framework in Indian Context. *DESIDOC: Journal of Library & Information Technology*, 32:4 (2012).

KELLER-KÜHNE, A.

2017 Fachgruppe 6: Archive der Parlamente, der Politischen Parteien, Stiftungen und Verbände. *Archivar*. 70:1 (2017) 98-99.

KELLER-KÜHNE, A.

2016 Fachgruppe 6: Archive der Parlamente, der Politischen Parteien, Stiftungen und Verbände. *Archivar*. 69:1 (2016) 76.

KELLER-KÜHNE, A.

2015 Fachgruppe 6: Archive der Parlamente, der Politischen Parteien, Stiftungen und Verbände. *Archivar*. 68:1 (2015) 80-81.

KELLER-KÜHNE, A.

2014 Fachgruppe 6: Archive der Parlamente, der Politischen Parteien, Stiftungen und Verbände. *Archivar*. 67:1(2014) 108-109.

KISS, R.; M. SEBŐK

2022 Creating an Enhanced Infrastructure of Parliamentary Archives for Better Democratic Transparency and Legislative Research. *International Journal of Parliamentary Studies*. 2 (2022) 278-284.

MILLEVILLE, K. [et al.]

2023 Enriching Image Archives via Facial Recognition. *ACM: Journal on Computing and Cultural Heritage*. [Em linha]. 16:4 (2023). Disponível em:
<https://doi.org/10.1145/3606704>.

MULLER, T.; ULLMANN, A.

2006 Dann klappt auch im Archiv... neue Regelungen und Kooperationen auf dem Gebiet der Schriftgutverwaltung und -Aussonderung in der Bundestagsverwaltung. *Der Archivar Mitteilungsblatt für Deutsches Archivwesen*. 59:3 (2006) 267-269.

NELLES, B.

2007 Das Archiv des Deutschen Bundestages: Organisation und Aufgaben.= The German Bundestag's Archives: organisation and tasks. *Der Archivar Mitteilungsblatt für Deutsches Archivwesen*. 60:3 (2007) 229-234.

NELSON, J.

2010 Properly Arranged and Properly Recorded: The Library of Congress Archives. *Libraries & the Cultural Record*. 45:1 (2010) 25-36.

OLIVEIRA, J.; DIAS, J.; PEREIRA, M.

2000 *Roteiro de fontes para a história do Parlamento português: Arquivo Histórico Parlamentar: 1834-1836*. Lisboa: Assembleia da República; Porto: Edições Afrontamento, 2000.

PACHECO, A.

2022 *Metadados para a descrição arquivística digital: proposta de um modelo para a autenticidade*. [Em linha]. Coimbra, 2022. Disponível em:
<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/99358>.
Tese de doutoramento – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PEREIRA, F. [et al.]

2004 O Sistema de Informação da Assembleia da República. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (Re)Inventar a Profissão: Actas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2004. Disponível em:
<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/662>.

PORTUGAL. Assembleia da República

[20--a] *Arquivo Histórico Parlamentar*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 30 jan. 2025]
Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHP.aspx>.

PORTUGAL. Assembleia da República

[20--b] *História*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHPHistoria.aspx>.

PORTUGAL. Assembleia da República

[20--c] *Missão*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHPMissao.aspx>.

PORTUGAL. Assembleia da República

[20--d] *Regulamento do Arquivo Fotográfico*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 30 jan. 2025]
Disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHPInformacoes.aspx>.

PORTUGAL. Assembleia da República

[20--e] *Regulamento do Arquivo Histórico Parlamentar*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 30 jan. 2025] Disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHP.aspx>.

RAMIREZ MARTÍN, V.

2020 From compliment slips “besalamano” to email: An approach to correspondence in the fund of the Archivo del Congreso de los Diputados. *Revista General de Información y Documentación*. 30:2 (2020) 527-547.

RAMIREZ MARTÍN, V.; DE LA CHICA BLANCO, G.

2018 Engrasando la maquinaria legislativa: precedentes y dossiers legislativos = Adjusting the legislative machine: legislative precedents and dossiers. *Ibersid*. 12:2 (2018) 81-90.

RAPLEY, T.

2018 *Doing conversation, discourse and document analysis*. London: Sage, 2018.

RODRÍGUEZ, S.; GARCÍA FERNÁNDEZ, L.; SÁNCHEZ CRESPO, Y.

2023 El Fondo histórico de retratos fotográficos del Archivo del Congreso de los Diputados (1870-1939): origen, características y tratamiento documental. *Revista General de Información y Documentación*. 33:2 (2023) 639-666.

RODRÍGUEZ CASTILLO, M.

2013 Los Papeles reservados de Fernando VII: Identificación, análisis y propuesta de descripción normalizada = The Confidential papers of Fernando VII: identification, analysis and proposal for standardized description. *Revista General de Información y Documentación*. 23:1 (2013) 203-238.

ROUSSEL, F.; SAUDRAIS, H.; DAUSSUN, C.

2014 The Special regime of parliamentary archives. *Gazette des Archives*. 234 (2014) 89-113.

RYDBECK, Kerstin; JOHNSTON, Jamie

2020 2 LAM institutions: A Cross-country Comparison of Legislation and Statistics on Services and Use. In *Libraries, Archives and Museums as Democratic Spaces in a Digital Age*. Ed. by Ragnar Audunson... [et al.]. [Em linha]. Berlin: De Gruyter Saur, 2020, p. 25-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110636628-002>.

SCHEFFE, S.

2013 Neue Wege im Digitalen Umbruch. *Archivar*. 66:4 (2013) 468-470.

SHENTON, C.

2011 The Historic Records of the Judicial Function of the UK Parliament. *Legal Information Management* 11:1 (2011) 35-41.

SHENTON, C.

2006 Raising the Portcullis: The Automation of the Parliamentary Archives. *Journal of the Society of Archivists*. 27:2 (2006) 155-164.

SILVA, C.

2021 Investigação documental. In *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações*. Coord. S. Gonçalves, J. Gonçalves, C. Marques. Lisboa: Pactor, 2021, p. 103-123.

ŠKALIĆ, M.

2005 Kako je organizirana pismohrana Hrvatskoga sabora = How arranged Croatian Parliaments Record Office: 1999-2004. *Arhivski Vjesnik*. 48:1 (2005) 29-44.

STRANGMAN, D.

1992 Archival records of the Australian Parliament. *Archives and Manuscripts*. 20:2 (1992) 211-225.

TANFIELD, J.

2000 *Parliamentary Library, Research and Information Services of Western Europe*. Brussels: European Center for Parliamentary Research and Documentation, 2000.

ULLMANN, A.

2009a In Eigener Zuständigkeit der Deutsche Bundestag hat eine neue Archivordnung. *Archivar*. 62:3 (2009) 260-264.

ULLMANN, A.

2009b Was macht eigentlich... das Parlamentsarchiv? *Archivar*. 62:3 (2009) 277.

ULLMANN, A.

2008 Neue Archivordnung für den Deutschen Bundestag. *Archivar*. 61:4 (2008) 470.

WATTON, M.

2001 Recent Annual Reports. *Journal of the Society of Archivists*. 22:2 (2001) 279-284.

WILSON, A.

1983 New South Wales parliamentary archives. *Archives and Manuscripts*. 11:1 (1983).

WOOD, E.

2008 Digitising Hansard: putting two hundred years of Parliamentary debates online. *ALISS Quarterly*. 3:3 (2008) 39-43.

Catarina Gasche | catarinagasche@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa -Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos, Portugal

Carlos Guardado da Silva | carlosguardado@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa -Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos, Portugal